



Curso: Direito

Grau ou Diploma: Mestrado

Área de Especialização: Direito Administrativo e Contratação Pública

Plano de estudos: Aviso n.º 649/2024, de 11 de janeiro

Docência:

Docente(s) responsável(eis) pela unidade curricular:

Prof. Doutor Mário Aroso de Almeida

Outro(s) docente(s) da unidade curricular:

-

Idioma de ensino:

Português

Funcionamento:

Presencial

Objetivos de aprendizagem:

Pretende-se com a disciplina proceder a uma apreciação crítica dos principais problemas e questões que tem suscitado a aplicação jurisprudencial do regime do processo administrativo e que os estudantes adquiram competências para se mover nos meandros da organização judiciária administrativa, com uma adequada percepção dos principais problemas e dificuldades que coloca a utilização dos meios processuais administrativos. O ensino baseado na análise e discussão de questões suscitadas na jurisprudência dos tribunais administrativos afigura-se o mais adequado ao desenvolvimento dos conhecimentos, aptidões e competências pretendido.

Conteúdos programáticos:

Âmbito da jurisdição administrativa; tipos de pretensões e seu enquadramento processual; impugnação de atos administrativos e condenação à prática de atos devidos; processos declarativos urgentes; processos cautelares; execução de sentenças. O programa é, no entanto, flexível, podendo ser adaptado em função das questões merecedoras de análise e discussão que a prática jurisprudencial dos tribunais administrativos vá permitindo identificar.

Demonstração da coerência dos conteúdos programáticos com os objetivos de aprendizagem da unidade curricular:

Os conteúdos programáticos identificados cobrem os principais temas e, portanto, o universo dentro do qual tendem a colocar-se as questões mais importantes que suscita a aplicação jurisprudencial do regime do processo administrativo, de modo que a análise e discussão das questões que a respeito desses temas se colocam afigura-se adequada para fornecer aos estudantes a percepção dos principais problemas e dificuldades que coloca a utilização dos meios processuais administrativos. A análise transversal dos meios do processo administrativo permite percorrer as principais



questões que se têm colocado nesse domínio, no sentido de habilitar os estudantes a posicionar-se perante essas questões.

Conhecimentos prévios recomendados (ou unidades curriculares cuja frequência prévia é recomendada): -

Método de ensino e avaliação:

A disciplina funciona em regime de seminário, sendo o ensino baseado na análise e discussão de questões suscitadas na jurisprudência dos tribunais administrativos, e em exposições realizadas pelos estudantes, seguidas de debate, a partir do estudo a que procedam de algumas dessas questões.

A avaliação dos estudantes baseia-se na apresentação de um tema em aula e num trabalho escrito a apresentar no termo do semestre sobre o mesmo tema, sendo também considerada a participação dos estudantes na análise e discussão das questões que, ao longo do semestre, vão sendo abordadas.

Demonstração da coerência entre o método de ensino e os objetivos de aprendizagem da unidade curricular:

A apresentação em aula e a elaboração de trabalhos escritos sobre temas devidamente selecionados permite confrontar os estudantes com questões que se colocam no domínio do processo administrativo e promover o seu posicionamento perante essas questões, concorrendo, desse modo, para que os estudantes adquiram competências para se mover nos meandros da organização judiciária administrativa, com uma adequada percepção dos principais problemas e dificuldades que coloca a utilização dos meios processuais administrativos.

Bibliografia:

MÁRIO AROSO DE ALMEIDA, Manual de Processo Administrativo, 8ª edição, Coimbra, 2024

MÁRIO AROSO DE ALMEIDA/CARLOS ALBERTO CADILHA, Comentário ao Código de Processo nos Tribunais Administrativos, 5ª edição, Coimbra, 2021

JOSÉ CARLOS VIEIRA DE ANDRADE, A Justiça Administrativa (Lições), 19ª edição, Coimbra, 2021

MÁRIO ESTEVES DE OLIVEIRA, Código de processo nos tribunais administrativos, vol. I, Coimbra, 2005

Legislação: -

Plano de Aulas: